



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

CLAUDIELLE DOS SANTOS PAULINO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
MUNDO DO CAPITAL E DO TRABALHO: O CASO DO SINSEMBA**

REDENÇÃO - CE

2017

CLAUDIELLE DOS SANTOS PAULINO

DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MUNDO
DO CAPITAL E DO TRABALHO: O CASO DO SINSEMBA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado.

CLAUDIELLE DOS SANTOS PAULINO

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
MUNDO DO CAPITAL E DO TRABALHO: O CASO DO SINSEMBA**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
como parte das exigências para obtenção do título de
Bacharela em Humanidades

Redenção, 28 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado (Orientador) – IHL

Prof./a. Avaliador/a.1 – Dr. Francisco Vitor Mâcedo Pereira - IHL

Prof./a. Avaliador/a.2 – Dra. Lucilene Rezende Alcanfor - IHL

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado e guiado todos os meus passos até aqui;

Ao Prof. Doutor Eduardo Gomes Machado, pela orientação sempre de forma paciência, crítica e amigável, durante o desenvolvimento da pesquisa, dando-me todo o suporte necessário no decorrer deste trabalho;

À minha mãe Claudia, por toda garra e dedicação comigo, sempre me apoiando e auxiliando em meus estudos e aos irmãos Renan e Rian por me incentivar e ajudar quando necessário;

A meu marido e companheiro de todas as horas, pelo apoio e compreensão em todo o processo de desenvolvimento do projeto e período acadêmico;

A Carmem Silvia, Edilene Santiago, Gloria Maria, Aparecida Castro e demais lideranças do SINSEMBA, pela disponibilidade e auxílio na pesquisa;

Aos professores e colegas do Bacharelado em Humanidades da Unilab, por todo o conhecimento compartilhado durante o curso.

RESUMO

Este projeto objetiva analisar as desigualdades e violências enfrentadas pelas mulheres associadas ao Sindicato dos servidores públicos de Barreira e Acarape – SINSEMBA no mundo do capital e do trabalho, discutindo as percepções e posicionamentos da entidade e das/os agentes sindicais em relação a essas situações, a partir de dados que serão colhidos. Metodologicamente, entre ações prévias e a serem desenvolvidas ocorreu/ocorrerá pesquisa bibliográfica, entrevistas com lideranças sindicais e observação participante por meio do comparecimento como espectadora no curso de formação fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica, realizado pelo Sindicato entre maio e novembro de 2017. Pretende-se identificar situações de desigualdade entre homens e mulheres, discutindo os impactos decorrentes e a importância do curso de formação de mulheres realizado pelo sindicato. Nesse sentido, os objetivos do projeto envolvem: demonstrar a importância do movimento sindical na busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho; discutir a importância do empoderamento da mulher e adesão de todos ao enfrentamento dessas desigualdades e violências; identificar as principais desigualdades enfrentadas pelas mulheres do Sinsemba; analisar os movimentos realizados pelo sindicato; contribuir para dar visibilidade ao combate a essas violências e desigualdades vivenciadas pelas mulheres e às ações realizadas pelo Sindicato. A hipótese do estudo é que a atuação do Sindicato rompe com referências e situações culturais hegemônicas, melhorando as condições de vida das mulheres, impactando suas identidades individuais e coletivas e promovendo condições mais igualitárias entre homens e mulheres, revelando, porém, a necessidade de uma luta contínua para a conquista da equidade de gênero.

Palavras-chave: desigualdade; gênero; violência; sindicato; trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SINSEMBA – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE BARREIRA E ACARAPE

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. PROBLEMA.....	11
3. JUSTIFICATIVA	12
4. OBJETIVOS.....	13
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
6. METODOLOGIA.....	17
7. CRONOGRAMA.....	19
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
9. APÊNDICES.....	22

1. INTRODUÇÃO

A escolha deste tema de pesquisa foi recorrente ao desejo de pesquisar sobre a relação sindicalismo x desigualdade de gênero no mercado de trabalho, com intuito de perceber como o sindicato aborda este problema, tendo em vista que há alguns anos atrás estagiei no TRT e logo após trabalhei em um escritório de RH, convivendo com empregados e suas causas trabalhistas, percebendo algumas desigualdades enfrentadas pelas mulheres no espaço laboral, ao ingressar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, procurei um orientador que trabalhasse com essa temática, e conheci o professor Dr. Eduardo Gomes Machado que me indicou o Sindicato dos servidores públicos de Barreira e Acarape – SINSEMBA como objeto para minha pesquisa em virtude do histórico do sindicato em realizar movimentos na luta pela equidade de gênero.

Este Projeto visa estruturar uma pesquisa que tem como foco a análise de como o SINSEMBA e as lideranças sindicais enfrentam as situações de desigualdade e violência contra as mulheres nos ambientes de trabalho, investigando o Sindicato dos servidores públicos de Barreira e Acarape – SINSEMBA.

O SINSEMBA foi fundado no dia 17, de julho de 1993, sua sede está localizada na Rua Maria do Carmo Oliveira, 755, Centro, Barreira – Ceará, possuindo 818 servidores filiados, sendo 254 homens e 564 mulheres. As/os filiadas/os, servidoras/es públicas/os municipais, agregam trabalhadoras/as de das áreas de educação, saúde, administração, saneamento ambiental, planejamento e gestão, dentre outras. Também possui predominância feminina em sua diretoria.

A desigualdade de gênero no Brasil disseminou-se como algo cultural através das raízes do patriarcado e patriarcalismo, as mulheres estavam sempre submissas ao homem, limitadas ao ambiente doméstico e restritas de direitos. A partir do final do século XIX as mulheres passaram a questionar seu papel na sociedade e iniciaram suas lutas em busca da libertação dos padrões opressores do patriarcado. Segundo Barreto (2004, p.64), “o patriarcalismo é caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura”. Silva, E (2012, p.58) afirma que “ser mulher em uma sociedade patriarcal, significa ir contra a maré de exclusão que nos inflige, é lutar a cada dia para conquistar espaços de respeito, ter voz e vez no âmbito público”.

Os movimentos feministas surgiram com o objetivo de criticar a condição da mulher e lutar por direitos iguais, ou seja, que as mulheres possuíssem as mesmas oportunidades dadas

aos homens. Porém é notória a relutância da sociedade machista, que sujeita constantemente as mulheres a situações de discriminação e submissão. O movimento feminista promoveu gradativamente a conquista de alguns direitos pelas mulheres e obteve muitos avanços na melhoria da vida das mesmas, porém as mulheres ainda padecem sob o patriarcado existentes em algumas relações de trabalho, de acordo com Silva (2012, p.58)

Mesmo com as lutas e com o surgimento do movimento feminista no século XIX, a divisão sexual do trabalho é presente ainda em algumas realidades, onde as mulheres ocupam os mesmos postos de trabalho, porém, com menores salários e cargos com menos prestígio em relação aos homens.

Dados do IBGE (2011) revelam que o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.857,63, enquanto as mulheres ganhavam em média R\$ 1.343,81, apesar de terem mais escolaridade.

Sob o impulso do movimento feminista e com a tomada de consciência das mulheres tornou-se evidente que as mesmas realizavam enormes trabalhos de forma invisibilizada pela sociedade, realizados para outros, justificados em nome do amor e dever maternal. Desde a inserção da mulher no mercado de trabalho houve hierarquização nas relações trabalhistas onde os homens estavam sempre direcionados a altos cargos da sociedade e as mulheres geralmente trabalhavam nas indústrias.

As raízes do machismo estão presentes em todas as partes, camufladas de diversas maneiras, como em pensamentos em que há determinados trabalhos que só o homem pode exercer, bem como no alto índice de mulheres vítimas de violência. Em virtude disso apontamos ainda outro conflito decorrente da inserção da mulher no mercado de trabalho, que é um tipo de violência em que as mulheres são vítimas frequentes por serem minoria e inferiorizadas de acordo com a cultura do patriarcado, que é o assédio podendo ele ser moral, sexual ou ambos.

No momento em que a mulher se inseriu no mercado de trabalho e passou a ladear com o homem por longas jornadas, as primeiras condutas de hostilidade, de reação masculina e de imposição da superioridade do homem sobre a mulher no espaço de trabalho foram travadas por meio do assédio sexual. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017, p.05)

O assédio sexual pode ser configurado através do contato físico ou verbal, por gestos, como também por mensagens via redes sociais, através de chantagens, por meio das quais muitas vezes há um abuso de poder nos cargos de chefia, com exigências de algum ato sexual em troca de benefícios ou até mesmo para evitar algo negativo no trabalho em virtude da sua posição como superior.

Por muitas vezes o assédio sexual é confundido como assédio moral pela falta de informação, subordinação, ou até mesmo pela mulher se sentir inferior ao homem

como foi programada culturalmente a pensar. Todas essas desigualdades se perpetuam por todos os lugares (MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, 2017).

Nesse contexto, o foco da pesquisa será a análise do papel do SINSEMBA através do curso de formação de mulheres, para romper com essas barreiras através do empoderamento de suas associadas.

O SINSEMBA, em parceria com o Instituto Bárbara de Alencar, situado na Rua Padre Barbosa de Jesus, 820, sala 01, no Bairro de Fátima, Fortaleza Ceará, e com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, instituição de ensino superior pública federal brasileira, sediada na cidade de Redenção, no estado do Ceará, através do Projeto de Extensão Diálogos Urbanos, vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL) coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado o projeto está na sua quarta edição, promovendo o direito as cidades do Maciço de Baturité, com o foco nas cidades de Acarape, Redenção e o território do Grande Bom Jardim (GBJ) na região Sudoeste de Fortaleza, articulando ações de educação mobilização social e assessoria popular, com mobilização do público externo e da comunidade acadêmica, sob a forma de palestras e mesas redondas, as ações desenvolvidas promovem diálogos sistemáticos, envolvendo variadas dimensões da questão urbana, realizou o Curso de Formação fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica, tendo como foco o fortalecimento político para garantir e ampliar direitos, além de promover a igualdade no mundo do trabalho, fomentar o empoderamento e a autonomia econômica das mulheres. O curso foi dividido em 4 módulos, no período de julho a novembro de 2017, com aulas aos sábados, e formou 40 servidoras. Com certificação da Unilab, o curso ainda trazia intermódulos, que consistiam em atividades realizadas em 5 grandes regiões do município de Barreira: Centro, Córrego, Cajueiro, Lagoa Grande, Lagoa do Barro e contemplando as comunidades adjacentes, sempre com um tema previsto e específico ao final de cada módulo seguindo parâmetro acerca do fortalecimento político das mulheres, ressaltando ações e propostas que promovam a equidade de gênero, amplie direitos e valorize e incentive a participação de mulheres em espaço de poder. A ideia era atingir outras mulheres que não estavam no curso, como trabalhadoras rurais e donas de casas. O Sindicato também realiza outros movimentos, como a blitz na feira e o ato em Defesa da Vida das Mulheres, que acontece tradicionalmente no centro de Barreira, no maciço de Baturité-CE, com o intuito de denunciar o alto índice de violência contra as mulheres em todos os ambientes e promover a equidade de gênero.

2. PROBLEMA

O contexto de desigualdades e violências no mundo do capital e do trabalho é muito abrangente, por isso delimitamos a pesquisa na análise das desigualdades mais recorrentes vivenciadas pelas mulheres associadas ao Sinsemba, a partir de dados preliminares colhidos no Curso de Formação de Mulheres, quais sejam: diferença salarial; predominância masculina na ocupação de cargos majoritários; e assédio moral e sexual. Pretende-se identificar e discutir quais ações são realizadas para o embate a essas desigualdades, a fim de esclarecer que a sociedade patriarcal brasileira é um modelo ultrapassado e machista, e que ela não deve ditar o papel da mulher no mercado de trabalho, pois as mesmas devem ter os mesmos direitos que os homens em todos os âmbitos.

Nessa perspectiva, busco respostas para as seguintes questões de pesquisa: De que formas as lideranças sindicais do SINSEMBA buscam a equidade de gênero no mercado de trabalho no setor público de Acarape e Barreira? E em que sentido as ações realizadas pelo Sinsemba podem provocar conscientização na sociedade local para adesão da luta pela equidade de gênero no mundo do capital e do trabalho?

Na avaliação da ONU (2017), as mulheres tiveram avanços no mercado de trabalho em todo o mundo, mas elas continuam ocupando empregos com menores remunerações e baixa qualidade, entre 1995 e 2007, a desigualdade salarial de gênero diminuiu de 38% para 29%, “É importante ressaltar que essa diminuição se deve ao aumento do salário das mulheres, e não porque os salários dos homens têm diminuído”, atesta o relatório da ONU. Conforme SILVA, R (2017) a Profa. MS. Ana Claudia Fernandes Gomes, mestre em Sociologia da Cultura em uma conversa como portal carreira & sucesso afirmou que

A igualdade de gênero ou a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres é uma das “Metas do Milênio”, pautadas pela ONU durante o ano 2000, ou seja, até o ano 3000 teremos como objetivo o combate a preconceitos e discriminações entre os sexos relacionados ao acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho. Mais do que educar para a igualdade de gêneros, devemos incentivar a equidade social, que valoriza o respeito às diferenças e promove a garantia dos direitos a partir das especificidades. Por exemplo, o direito ao trabalho deve também garantir o direito da mulher à gestação, à maternidade e à amamentação de seus filhos sem desvalorização de seu acesso e permanência no mercado de trabalho. Educar para a diversidade, reconhecer diferentes demandas e estabelecer parcerias entre instituições públicas, privadas e não-governamentais na promoção da garantia de direitos são elementos essenciais para a configuração de uma sociedade democrática construída por todos. (SILVA, R, 2017, grifos do autor)

Ou seja, se faz necessário a promoção de cursos de formação, palestras entre outras ações, para educar e incentivar a sociedade a adesão da luta pela equidade de gênero e promoção a garantia dos direitos das mulheres.

3. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa se justifica no atual cenário social, onde as mulheres mesmo sendo em maior número e possuindo melhores níveis de escolaridade enfrentam recorrentes discriminações no espaço laboral, bem como pela necessidade da adesão de movimentos e negociações coletivas que busquem a equidade de gênero no mercado de trabalho. Estudos sobre resultados das negociações coletivas de 1993 a 2012, sob a ótica das questões de gênero, realizados por Patrícia Pelatiere (2017) para o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, revelam o quanto ainda é necessário avançar para atingir condições mais igualitárias entre homens e mulheres no mercado de trabalho. A autora afirma que a permanência da cultura patriarcal condiciona a participação feminina no mercado de trabalho a uma série de desigualdades, desde a sua forma de inserção no mercado, discriminação na contratação e ascensão profissional, maiores taxas de desemprego e menores remunerações.

É necessário focar na criação de cláusulas relativas a valorização da mulher no mercado de trabalho, palestras com os trabalhadores e empoderamento das mulheres, para a conscientização contra a desigualdade de gênero e como caminho fundamental para a reversão do preconceito disseminado contra as mulheres como um valor cultural, pois segundo RISSARDI e SCHAFFART (2014, p.07), transcender valores culturais é algo que necessita de muito tempo de conscientização.

As desigualdades de gênero encontradas no mercado de trabalho possuem causas arraigadas na cultura da sociedade que na contemporaneidade ainda visualiza a mulher como o ser maternal que deve dedicar a maior parte de seu tempo à família, sendo interpretada de maneira hostil quando busca o sucesso profissional e profissões que exigem maior dedicação, pois transcender valores culturais é algo que necessita de muito tempo de conscientização. (RISSARDI e SCHAFFART 2014, p.07)

Conforme LEDWITH e WALSSH (2017, p.293), a mulher sempre esteve subordinada ao homem e a liderança masculina ainda é predominante no mercado de trabalho, sendo notória a valorização de homens e de seu trabalho acima das mulheres, a partir da divisão sexual do trabalho.

A garantia de direitos igualitários no mercado de trabalho não traz benefícios só para as mulheres, mas também para a sociedade, como afirma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA,

A efetivação da inserção das mulheres no mundo do trabalho, com garantias de direitos, igualdade salarial e igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens constitui fator fundamental tanto para o desenvolvimento econômico dos países, como para a conquista da igualdade pelas mulheres em outras esferas da vida. Por meio do trabalho as mulheres alcançam a autonomia econômica e formam-se como seres sociais e têm melhores condições para ampliar sua participação social, cultural e política e para decidir os rumos da própria vida. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016, p. 24)

Por isso, este projeto visa apresentar o diferencial do Sinsemba que consiste em realizar movimentos como o curso de formação de mulheres visando a conscientização contra a desigualdade de gênero e promovendo o empoderamento das mulheres, rompendo barreiras culturais e dando condições as mulheres de uma maior formação para buscar seus direitos. A mobilização do Sindicato pela luta da equidade de gênero no mercado de trabalho no setor público servirá de exemplo para outros órgãos e para a sociedade, visando a busca de defesa dos direitos das mulheres, com as ações promovidas em favor de um mercado de trabalho igualitário. Dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA (2016) que analisou a relação mulher x trabalho no período de 2004-2014, mostram que essa relação passou por muitas transformações, porém enquanto persistir no mundo do trabalho mecanismos discriminatórios de gênero, muitos caminhos precisarão ser trilhados em direção a uma sociedade plenamente democrática. Portanto faz-se necessário um reforço dessas ações por órgãos como Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e organizações sindicais, como palestras, cursos de formação e visitas periódicas no âmbito laboral.

4. OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Discutir a importância do movimento sindical na busca por igualdade de gênero no mercado de trabalho, a importância do empoderamento da mulher através das ações realizadas pelo SIMSEMBA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as principais desigualdades e violências de gênero enfrentadas pelas mulheres do Sinsemba;
- Analisar os principais movimentos realizados pelo sindicato para o enfrentamento das violências e desigualdades vivenciadas pelas mulheres associadas;
- Contribuir para um maior conhecimento dessas ações realizadas pelo sindicato.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico para esta pesquisa será constituído, inicialmente, por autores que analisam e discutem questões sobre a tardia inserção da mulher no mercado de trabalho, conquista de direitos pelos movimentos sociais, índices de violência contra a mulher no espaço laboral, as desigualdades que ainda se encontram em evidência na contemporaneidade pois são sistemáticas, bem como a importância do movimento sindical em enfrentamento a este conflito, afinal, ao focalizar desigualdade de gênero e violências no mercado de trabalho, tais questões se revelam como base para a abordagem a se realizar.

HIRATA e KERGOAT (2007, p. 596), na tradição da Sociologia do Trabalho francesa, indicam como a “divisão sexual do trabalho” refere-se à “distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões”, e, por outro lado, à “divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos”. Nesse sentido, a distribuição diferencial nos mercados de trabalho também se articula às desigualdades de posições, salários e cargos, enquanto a “divisão desigual do trabalho doméstico” sobrecarrega as mulheres e envolve parcelas significativas de trabalho invisibilizados socialmente, porém essenciais aos processos de reprodução do capital e do trabalho. A divisão sexual do trabalho tem “como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). Envolveria dois princípios legitimados por uma ideologia naturalista: (I) o da separação – existiriam trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; (II) o da hierarquia – um trabalho de homem valeria mais do que um trabalho de mulher conforme (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Os autores Silva, A; Oliveira (2014, p.2) ressaltam que a entrada da mulher no mercado de trabalho esteve ligada a diversos fatores como: a necessidade de sua contribuição nos serviços que estavam ligados ao ganho financeiro da família, salários mais baixos para a mão-de-obra feminina e facilidade de ser disciplinada.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, no caput e no inciso I do mesmo artigo, esta garantida a igualdade de direitos e obrigações a homens e mulheres, porém autores como TEIXEIRA (2014), (HIRATA e KERGOAT 2007) nos mostram que, no que se concerne à divisão sexual do trabalho, as mulheres sempre estiveram subordinadas à relação de poder dos homens, sugerindo uma hierarquia social. BRANDT (1995), citado por TEIXEIRA (2014), afirma que mesmo com o desenvolvimento do capitalismo os preconceitos patriarcais permaneciam:

As mulheres ficavam em casa, eram encaminhadas a “profissões femininas”, como enfermagem e ensino, o que reforça a crença de que as mulheres, sendo menos capacitadas que os homens, só podem exercer funções extensivas de sua tendência “natural”, isto é, cuidar dos outros TEIXEIRA(2014, p.05 apud BRANDT1995, p.38, grifo do autor)

Bem como reitera (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597):

(...) torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.597, grifo do autor)

Ou seja, mesmo com a passagem de séculos alguns aspectos de desigualdades e injustiças ainda persistem, como a diferença salarial, conforme nos mostra SILVA,E (2012, p.59)

No mundo do trabalho, há um aumento em postos para as mulheres, porém de forma precarizada e desvalorizada, sua mão-de-obra tem valor inferior ao do homem, os cargos que lhes são confiados precisam de menor índice de qualificação, seus salários são inferiores, não possuem os mesmos direitos que os homens. (SILVA,E, 2012, p.59)

Outra discriminação enfrentada pelas mulheres por sua inserção no mercado de trabalho são os recorrentes assédios que podem ser caracterizados em morais ou sexuais. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2010), a maioria das vítimas são do sexo feminino, as práticas desses crimes fomentam ainda mais a discriminação e desvalorização da mulher, expondo-as a situações humilhantes e constrangedoras. O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, define assédio moral e sexual como:

O assédio moral é constituído por atos cruéis e desumanos que caracterizam uma atitude violenta e sem ética nas relações de trabalho, praticada por um ou mais chefes contra seus subordinados [...] e assédio sexual é uma das muitas violências que a mulher sofre no seu dia-a-dia [...] consiste em constranger colegas por meio de cantadas e insinuações constantes com o objetivo de obter vantagens ou favorecimento sexual (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2010, p.17)

Tanto o assédio moral quanto o sexual, trazem grandes danos nas vidas das vítimas, como: alteração na qualidade do serviço, mágoas e até o desenvolvimento de doenças psicológicas. Assédio sexual é crime, a pena prevista é de detenção de 01 (um) a 2 (dois) anos, conforme a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, art. 216-A.

Nos anos 1980 surgiram no Brasil os Novos Movimentos Sociais, como o Novo Sindicalismo e segundo Rosane Silva Secretária Nacional de Mulheres da CUT, entre 2008-2015, as mulheres estavam no congresso de fundação da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que é o marco mais importante do Novo sindicalismo. Essa presença foi resultado do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil contemporâneo,

as trabalhadoras trouxeram suas contribuições para o sindicalismo, que nascia com a perspectiva de construir um movimento com autonomia e liberdade sindical.

Porém segundo MARTINS e KAMADA (2012, p.35), o Novo Sindicalismo defendia as lutas dos movimentos feministas, mas nem sempre as colocavam em prática, pois mesmo com pautas reivindicatórias e um histórico de lutas a presença das mulheres era minoria como dirigentes sindicais, como contextualizam a seguir

No contexto do Novo Sindicalismo, a luta das mulheres começou a ganhar espaço no campo sindical, passando a constar das pautas, orientada pela convicção de que uma ação sindical dirigida à classe trabalhadora precisa considerar não só as relações produtivas, mas também as reprodutivas, ou seja, não basta identificar que as mulheres são minorias em determinadas áreas ou estão concentradas em nichos, é preciso verificar quais são os mecanismos que as isolam nesses postos e reivindicar medidas que os superem.(MARTINS e KAMADA, 2012, p.35)

LEDWITH e WALSSH (2017, p.306), pesquisaram o quadro geral de onde mulheres trabalham, e como isso se relaciona com o sindicalismo e identificaram casos em que mulheres desafiaram as estruturas sindicais e culturas dominadas por homens e discutiram sua efetividade e resultados, percebendo que: “Torna-se cada vez mais claro que o sindicalismo tradicional não pode, por si só, abrir espaço para as mulheres”. Bem como reitera SILVA, R (2017, p.285) a aprovação da paridade nos estatutos da CUT, em 2012, foi uma grande conquista para as trabalhadoras no mundo sindical, (...) pois numa sociedade machista, patriarcal e capitalista as mulheres precisam criar mecanismos para superar os obstáculos que permeiam sua vida e, neste caso, sua participação política.

A partir da percepção das autoras, pretende-se verificar quais ações podem ser realizadas pelos sindicatos em busca da equidade de gênero em todos os setores, LEDWITH e WALSSH (2017, p.307), afirmam que “a educação de mulheres é um fator chave para a mudança, tanto das próprias quanto de seus sindicatos”, citando como exemplo de cursos realizados apenas para mulheres no Reino Unido, Gana, Brasil entre outros países, e a importância dos mesmos

cursos para mulheres são espaços onde mulheres podem desenvolver consciência feminista e política, fazer contatos e criar redes, e desenvolver estratégias para a mudança [...] Cursos apenas para mulheres são locais importantes onde mulheres podem aprender juntas em um ambiente seguro e podem desenvolver suas habilidades e entendimento para mudar seus sindicatos. Pode ser o único lugar onde elas podem discutir assédio sexual e violência, e podem decidir como expor suas demandas em público.(LEDWITH e WALSSH, 2017, p.307)

Conforme nos mostra PELATIERE (2017, p.10) a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, somada a influência dos movimentos feministas de emancipação, tem provocado alterações no movimento sindical e na negociação coletiva, ao introduzir no debate

as questões de relações de gênero e desigualdade no mercado de trabalho e nos demais aspectos da vida.

Desta forma, os conceitos e seus respectivos autores trazem efetiva contribuição para os objetivos que se espera alcançar com esta pesquisa. No decorrer da pesquisa, as referências teóricas serão consolidadas.

6. METODOLOGIA

Além de pesquisa bibliográfica, será utilizada a pesquisa de campo que propiciará observar como o sindicato tem colocado em prática as discussões sobre desigualdade de gênero, medidas que visem o enfrentamento de violências contra as mulheres, bem como debates que objetivem o empoderamento das associadas. A pesquisa no curso de formação de mulheres fortalecimento político das mulheres para garantir e ampliar direitos, promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica, enriquecerá significativamente o trabalho e aumentará sua contribuição para o delineamento de estudos similares e maior conhecimento dessas ações realizadas pelo sindicato, a fim de que outros sindicatos tenham adesão ao curso e demais movimentos realizados pelo Sinsemba. Segundo BECKER (1987) citado por SANTOS (2004) quando o pesquisador participa das ações pesquisadas com um esforço de planejamento com vistas à resolução de problemas ou transformação de situações, estamos diante de uma metodologia de pesquisa-ação.

Portanto, utilizaremos o método pesquisa-ação. SANTOS (2004) afirma que a pesquisa-ação apresenta-se como uma proposta de pesquisa de natureza cíclica, qualitativa e participativa, como o próprio nome sugere, a pesquisa-ação tem como objetivos, a pesquisa e a ação:

- Pesquisa para aumentar o entendimento por parte do investigador ou do cliente, ou ambos.
- Ação para provocar mudança em alguma comunidade ou organização ou programa.

O objeto selecionado para tratamento empírico será o Sindicato dos Servidores Públicos de Acarape e Barreira, especificamente as ações realizadas voltadas à busca da equidade de gênero no mundo do capital e do trabalho e empoderamento das mulheres.

A técnica de amostragem utilizada será a intencional, segundo a qual as pessoas serão escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação ao sindicato.

Para a coleta de dados, será encaminhado um roteiro de entrevista para ser respondido pelas lideranças sindicais, acreditamos que a seleção das mesmas é apropriada para o nosso estudo, pois possuem total competência para opinar sobre o assunto em questão. Conforme RICHARDSON (2004), os participantes que cumprem o papel de co-pesquisadores são essenciais, informantes e intérpretes.

O levantamento e coleta de dados serão realizados por meio de entrevistas, análise de relatórios do sindicato e observação direta. Além disso, no âmbito do Curso de Formação Política de Mulheres, foram aplicados questionários com as cursistas e também com mulheres, nas diferentes localidades do município de Barreira, que participaram dos intermódulos. Esses dados também serão analisados na pesquisa.

As técnicas de coleta de dados utilizados serão a entrevista presencial e também por meio de questionário e levantamento de dados secundários por meio de pesquisa bibliográfica. O roteiro de entrevista será o mesmo para todos os entrevistados, incluirá questionamentos sobre as principais desigualdades e violências recorrentes, como o sindicato lida com essas causas, quais são os movimentos realizados para melhorar este conflito, bem como os resultados obtidos através da realização destes movimentos. Os dados secundários serão obtidos através de levantamento bibliográfico pertinente ao tema e pesquisa de campo.

A descrição dos dados será realizada a partir das informações obtidas na participação no curso de formações de mulheres, análise de documentos, como áudios e fotos, bem como pelas falas das sindicalistas, consulta a dados secundários, como o histórico do sindicato.

Em síntese, serão aplicadas entrevistas com as lideranças sindicais, posteriormente analisaremos essas entrevistas e os demais dados coletados, para demonstrar os benefícios desses movimentos, a fim de avaliar as contribuições recorrentes dessas ações na vida profissional das associadas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. *Revista Ártemis*, v. 1, p. 64-73, dez 2004.

BELONNI, Luiza – Como o Brasil está tentando diminuir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. *Disponível em:* <http://www.huffpostbrasil.com/2015/04/27/como-o-brasil-esta-tentando-diminuir-a-desigualdade-de-genero-no-a_21677372/>. *Acesso em:* 19 dez. 2017.

BRASIL. Lei 10224/2001. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. *Disponível em:* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm>. *Acesso em:* 20 dez. 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. (Trad. Fatima Murad). *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mulher no mercado de trabalho: Perguntas e respostas*. Brasília, mar. 2012

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Mar/2016.

LEDWITH, sue; WALSSH, Tracy. *Mulheres e sindicatos pelo mundo. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

MARTINS, Patrícia Tuma Bertolin; KAMADA, Fabiana Larissa. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. *Disponível em:* <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/13656/11077>>. *Acesso em:* 21 dez. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Assédio sexual no trabalho: Perguntas e respostas**. Brasília. 2017

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Assédio moral e sexual no trabalho*. Brasília. 2010

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. *Progresso das mulheres no mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar os direitos*. 2017.

PELATIERE, Patrícia. *Evolução nos instrumentos normativos das cláusulas de gênero nas últimas décadas. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover igualdade*. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

RICHARDSON, R. J ; Como fazer pesquisa-ação. In: Richardson Roberto Jarry: *Pesquisa-Ação*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004, p. 149-174.

RISSARDI, V, R; SCHAFFRATH, E. Mercado de trabalho: desigualdades de gênero e enfrentamento ao conflito. Joaçaba Unoesc & Ciência - ACSA Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 187-194, jul./dez. 2014.

SANTOS, M. E. Da observação participante à pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração. In: Encontro de pesquisadores em Administração da FACEF, 5, 2004. Anais eletrônicos. Disponível em:<http://www.angelfire.com/ms/tecnologia/pessoal/facet_pesq.pdf>.

Acesso 15 dez. 2017.

SILVA, A.L de; OLIVEIRA, E.M. A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro. Disponível em:<<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2017

SILVA, Josiane Emilia da. Enfrentando lutas, superando desafios: Ganhos e conquistas das mulheres. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar (2012) n.º 7 p. 58 – 61. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://revista.univar.edu.br/downloads/enfrentado_lutas_superando_desafios.pdf&gws_rd=cr&dcr=0&ei=w2A9Wp7hFYvHwASX1paODw>. Acesso em: 22 dez. 2017.

SILVA, Rosane. As políticas de fortalecimento das mulheres no movimento sindical. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit, jun. 2017.

SILVA, Rony. Mulher: igualdade no mercado de trabalho? Disponível em:<<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/dicas-emprego/dia-da-mulher-igualdade-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

THIOLLENT; Michel. Coleção Temas básicos de... Metodologia da pesquisa ação. São Paulo: Cortez editora, edição 2. 1986.

TEIXEIRA, M. O. Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero. Análise. *Friedrich_Ebert-Stiftung (FES)* Brasil. 2014.

